



1 **• Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM • 12-07-2016**

2 Nessa mesma data, logo após o término da Reunião Extraordinária onde aprovou -se as
3 alterações do Regimento Interno do CEDM, iniciou-se a presente Reunião Ordinária
4 (12/07/2016). Eram 10h50min e no mesmo espaço do 7º andar da SEDS, permaneceram
5 reunidas as Conselheiras cujos nomes já se encontram firmados na auto apresentação anterior.
6 **Presenças:- Conselheira vice presidente Terezinha Beraldo Pereira Ramos (SEDS), Maria**
7 **Marucha S. Vettorazzi (FETAEP), Heliana N. H. dos Santos (Grupo Dignidade), Doris**
8 **Margareth de Jesus (UBM), Sílvia Cristina Xavier (SEJU), Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo**
9 **Jurídico/SEDS), Eliana M. dos Santos (FETEC – CUT/ PR), Marli Vaz Mussulini (Sec. do**
10 **Trabalho), Ana Claudia Machado (SESP), Delcinéia Westphal Serconhuk (Suplente**
11 **FETAEP), Izabel Christina Mello de Brito (SESA), Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista**
12 **da Saúde), Mariana Dallo (Casa Civil), Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres Negras –**
13 **PR), Melissa Colbert Bello (SEED), Márcia Regina Coelho Ribeiro (SEET), Josiane Ferreira**
14 **Liz (Fed. de Mulheres do Paraná), Luciana de Fátima Alonso Kaiser (FETRAF), Clair**
15 **Simões Rodrigues (FESSMUC), Aparecida Reis Barbosa (CUT), totalizando 19**
16 **Conselheiras. Apreciação da pauta com as inserções sugeridas – 1) Reunião de agosto –**
17 **2) Rede Feminista de saúde (discussão sobre estupro) – 3) Ideologia de gênero (Londrina)**
18 **moção de repúdio ao material distribuído. - 4) Casa da Mulher Brasileira. - Aprovada a pauta.**
19 **Apreciação das Atas após leitura em tela. Ata de 18/05 – Aprovada . Ata da reunião**
20 **Extraordinária de 14/06/2016 - Aprovada. Ata de Reunião Ordinária de 14/06/2016 –**
21 **Aprovada.** Informes da Secretaria Executiva – **Juliana Muller** – Justificativas de ausência
22 recebidas (Conselheira Jussara Ribeiro – SEAB , ausente por motivo de viagem a trabalho –
23 Ofícios recebidos referentes à resposta, no que se refere ao Plano Estadual de Políticas para
24 Mulheres – em 28/06 (SEDS) – em 15/06(SEAB) – em 15/06 (SEJU) – Em 06/07 (SESP) –
25 **Expedidos** - Ofício 016 de 18/06 dirigido a Secretaria de Saúde , solicitando informações da 2º
26 Conferência Nacional da Saúde para Mulheres – Ofício encaminhado também ao e-mail da
27 Conselheira Izabel Christina – dia 29/06. **Casa da Mulher Brasileira** – Solicitando a inclusão
28 desse assunto na pauta, a conselheira **Alaerte Leandro Martins (Rede de Mulheres Negras -**
29 **PR)** colocou toda sua preocupação no que se refere aos rumos da Casa da Mulher Brasileira.
30 Em fevereiro aconteceu uma reunião, onde as presentes assistiram a uma apresentação, cujo
31 conteúdo já abordava um atendimento específico para as mulheres de Curitiba. Lembrou a
32 existência de um projeto neste país, que planeja a implantação de uma casa semelhante a essa
33 em cada capital, para ser referência no Estado. Registrou o seu desabafo como servidora
34 pública que é, lotada na 2ª Regional de Saúde cuja jurisdição é de 29 municípios; 70% das
35 ações são para Curitiba e 30% para Região Metropolitana. Não existe nenhum serviço em
36 Curitiba que seja somente daqui, assim disse não conseguir compreender que a Casa da Mulher
37 Brasileira, com toda a sua estrutura, volte os seus olhos somente para mulheres de Curitiba.
38 Com a vigência de 10 anos da Lei Maria da Penha, tendo um número apreciável de psicólogos e
39 assistentes sociais à disposição, como não estender os atendimentos para a Região
40 Metropolitana? Afirmou ter levado essa discussão para o Conselho Municipal e houve a
41 afirmação de que a 1ª mulher atendida nesse novo espaço, era da região de Almirante
42 Tamandaré. É necessário que se elabore um documento, questionando o que seria necessário
43 para que as mulheres da Região Metropolitana também fossem atendidas. Dirigiu-se ao
44 plenário, lembrando as Conselheiras da triste situação vivenciada por uma adolescente de 13
45 anos, de Adrianópolis, estuprada por 4 homens. Quem irá atendê-la? Relatou a Conselheira
46 Alaerte que há 26 anos atua na Região Metropolitana. É muito claro que os municípios maiores
47 podem contribuir. No momento seguinte, **a conselheira vice presidente Terezinha B. Ramos**



49 **(SEDS)** informou que ao assumir sua função, participou de uma reunião na Governadoria, onde
50 abordou a possibilidade de implantação do Centro de Referência na Casa da Mulher Brasileira.
51 Também retomamos a implantação do IML na Casa que não estava contemplado. Inclusive a
52 Dra. Mariana chegou a propor que o MP cedesse um espaço para o IML. Externou ter estado em
53 Brasília na reunião de Gestoras Estaduais do Pacto Nacional, onde faltaram apenas 3
54 representantes, com a participação da Secretária Nacional Fátima Pelaes. A situação da SPM
55 com relação ao orçamento foi bem explanada pela equipe e tivemos a tranquilidade de que
56 poderemos avançar dada a abertura que tivemos e a proposta de continuidade de várias ações
57 e programas. Todas as gestoras colocaram as dificuldades de operacionalização das Unidades
58 Móveis e a necessidade de readequar a utilização das Unidades dada a realidade de cada
59 estado. A manifestação da **Presidente Doris M. de Jesus (UBM)** trouxe a ideia de que esse
60 tema é por demais importante;- assim, não seria somente demonstrar desagravo, mas alterar o
61 que já está posto. Constituir uma comissão temporária que deverá efetuar um levantamento do
62 qual sairão propostas, sugeriu a Conselheira Alaerte. Fazer um convencimento, já que as
63 mulheres procedem de diversos municípios; na pior das hipóteses, construir um local no
64 estacionamento da Casa da Mulher. Num desabafo, a **Conselheira Marli Mussulini (SEJU)**
65 colocou que o nome da casa não está condizente, é mulher tirando o direito de mulher. Deve
66 haver maior equilíbrio nessas questões, sem qualquer jogo de poderes. A mulher que sofre
67 violência pode ser curitibana ou da Região Metropolitana, mas acima de tudo é paranaense.
68 Diante disso, as vítimas não podem ficar circulando em busca de socorro. A conselheira **Eliana**
69 **M. dos Santos (FETEC – CUT/ PR)** externou o seu apoio para a constituição de uma comissão,
70 são 10 anos da Lei Maria da Penha, porém existem políticas ainda não implementadas. A Casa
71 de Maria, por exemplo, está funcionando muito precariamente e diversos órgãos ainda não
72 foram inseridos. De maneira oportuna, a conselheira **Josiane F. Liz (Federação de Mulheres**
73 **do Paraná)** informou desejar fazer parte dessa comissão e verificar o funcionamento da casa
74 metropolitana de Campo Grande e Brasília. Arrumar uma forma de realizar essa pactuação. É
75 flagrante que os maiores índices de violência estão na Região Metropolitana. As questões
76 políticas realmente prejudicam, porém a preocupação precípua deverá ser com a política de
77 defesa da mulher. Ficou então deliberado, pela constituição da **Comissão Temporária: Casa**
78 **da Mulher Brasileira**, visando analisar os problemas referentes ao atendimento das mulheres
79 das regiões metropolitanas, tendo a seguinte composição: Conselheiras Dóris (UBM) –
80 Terezinha Beraldo P. Ramos (SEDS) – Eliana Maria dos Santos (FETEC/CUT- PR) – Alaerte L.
81 Martins (Rede de Mulheres Negras- PR) – Josiane F. Liz (Federação de Mulheres do Paraná) –
82 Ana Claudia Machado (SESP) Ministério Público (Claudia Christina Hoffmann).1.ª Reunião
83 dessa Comissão agendada para o dia 15/07/2016 às 14h00. Próxima reunião do CEDM
84 16/08/2016 – Lembrou ainda a vice presidente **Terezinha Beraldo P. Ramos (SEDS)** que o
85 Estado não tem dificuldade em dialogar com o município, como colocado pela Dra. Alaerte, e
86 quando questionou a SPM sobre a inauguração da Casa da Mulher Brasileira no dia 15/07, se
87 ela estaria em pleno funcionamento no dia seguinte, a resposta que obteve foi “em pleno
88 funcionamento no dia 16”, pois a nossa preocupação não estavam relacionadas a críticas pois
89 essas a gente administra todos os dias, a preocupação é com reclamações de quem precisa dos
90 serviços. **Justificativas de ausências no período da tarde.** Aparecida Reis Barbosa (CUT)
91 justificou sua ausência no período da tarde, informou sobre o “ Seminário sobre Concepção de
92 Estado e Previdência” das 13h as 18horas que ocorrerá dia 09/08; Clair Simões Rodrigues
93 (FESSMUC) justificou sua ausência a tarde. - Eliana Maria os Santos estará no Fórum Estadual
94 dos Servidores Públicos. - Josiane F. Liz participará do Fórum do Trabalho. Diante dessas
95 ausências tornadas públicas, a **Presidente Doris M. De Jesus (UBM)** questionou a existência
96 de quórum legítimo, para o período da tarde. Intervalo para o almoço retomada dos trabalhos as



97 14h 00. **Relato da Comissão Permanente de Planejamento e Orçamento** – relatora:
98 conselheira **Márcia Regina Coelho Ribeiro (SEET)** Foram encaminhados 10 ofícios, sem obter
99 retorno das Secretarias de Estado da Cultura, Saúde e Fomento Paraná. Comentou-se que a
100 Secretaria de Estado da Educação e a SEDS encaminharam os relatórios sobre a execução de
101 ações voltadas às mulheres. Prestes a chegar estão as ações da Secretaria de Esporte e
102 Turismo. Já a Secretaria de Estado do Abastecimento tem várias ações previstas, porém só foi
103 apresentada o “Leite Materno”. A SEJU encaminhou justificativa de que algumas das suas ações
104 passaram para a SEDS. A SETI remeteu um relatório muito aberto, fazendo falta a forma
105 sintética; a SESP solicitou ampliação de prazo. **Encaminhamentos:** envio de e-mail à todas as
106 Secretarias envolvidas, solicitando que as respostas fossem encaminhadas no formato de
107 tabelas, facilitando assim, a organização; envio de ofício às secretarias que não encaminharam
108 ainda as informações, reiterando a solicitação. **Chegada da técnica Tatiani Macarini. Relato**
109 **da Comissão Temporária Projeto Campanha Educação Infantil:** Leitura da Resolução. Foi
110 pontuado pela Presidente **Doris M. De Jesus (UBM)** que as creches são de competência dos
111 governos municipais e foi proposto compor uma reunião com os gestores dos 20 maiores
112 municípios, contando também os conselhos municipais. Na sequência, a conselheira **Alaerte**
113 **Leandro Martins (Rede Mulheres Negras – PR)** demonstrou alguma discordância: considerou
114 não ser necessário citar os municípios com mais de 1000 vagas de déficit. Pontuou não achar
115 justo e é um erro absurdo tratar igualmente aqueles que estão acima de 1000. Ou não nomina
116 ou coloca alguns municípios com o seu próprio percentual. A grande maioria terá seu déficit
117 entre 85 e 90% diante do exposto, a conselheira **Melissa Colbert Bello (SEED)**, afirmou ser
118 diferente encaminhar um documento cobrando do Estado algo que não é da sua competência,
119 mas sim exercer um efetivo papel na articulação. (Resolução não aprovada). Em seguida foi
120 apresentado para aprovação os textos que constituirão o “briefing”, para a proposta do material
121 gráfico: *Direitos da Infância Educação e Mulheres, Maternidade e Condições de Trabalho*
122 confeccionados pelo MP/PR. **Registrada a chegada do Superintendente de Garantia de**
123 **Direitos da SEDS e Presidente do CEDCA/PR, Leandro Nunes Meller, as 14h 40min.** Na
124 sequência, um espaço foi aberto para o pronunciamento do Superintendente de Garantia de
125 Direitos/SEDS, **Leandro Nunes Meller**. Esse explanou que o seu setor congrega a
126 Coordenação da Política para Mulheres, Pessoa Idosa, Criança, Adolescente e Pessoa com
127 Deficiência, travando debates bem abrangentes no sentido de unificar os esforços. Todas essas
128 áreas já tomaram conhecimento do Marco Regulatório; trazem obrigações aos gestores, no que
129 concerne ao atendimento de crianças, no cumprimento das metas do Pacto Nacional de
130 Educação. Vale dizer que existem prazos estabelecidos para o atendimento na educação infantil
131 (0 a 3 anos para creches, 4 e 5 anos para pré escola). **Leandro Nunes Meller** assegurou ter
132 ocorrido uma reunião entre o CEDCA/PR e o Conselho Estadual da Educação – CEE/PR, onde
133 um gestor municipal apresentou o levantamento da situação atual, assim deve-se primeiramente
134 saber identificar a realidade. Surge então no debate o direito da mulher, sendo possível fazer
135 uma articulação, alinhamento com o debate do CEDCA/PR e com o Conselho Estadual de
136 Educação – CEE/PR, para que se possa exigir a leitura da obrigatoriedade. O fruto das
137 conversações é encaminhar para o CEDCA/PR, e junto trazer o direito da mulher. Apontou ser
138 possível solicitar o apoio do FIA, visando o financiamento para a confecção dos materiais.
139 Houve a manifestação da **Presidente Doris M. de Jesus (UBM)**, no sentido de concentrar na
140 perspectiva das mulheres terem seus direitos violados. Pensou-se em agendar uma reunião com
141 o CEDCA/PR, visando levantar o déficit real. Logo após, acompanhar a realidade dos 20
142 maiores municípios. A conselheira **Melissa Colbert Bello (SEED)** sugeriu que o colegiado
143 encaminhasse o documento ao CEDCA/PR. Foi lembrado pelo superintendente **Leandro Nunes**
144 **Meller**, que existe uma obrigação para a Política da educação, porém o primeiro foco é o direito



146 à matrícula e a mulher assim não terá o seu direito violado. **Encaminhamento:** Envio dos
147 *Briefings, Direitos da Infância Educação e Mulheres, Maternidade e Condições de Trabalho*
148 confeccionados pelo MP/PR e aprovados pelo CEDM/PR ao CEDCA/PR, para que a proposta
149 da realização e do financiamento do material gráfico (cartaz e folder) seja apreciada por este
150 conselho. Nesse momento, a representante do Ministério Público, **Claudia Christina Hoffmann**
151 externou que neste conselho está representando a Sra. Promotora de Justiça Dra Mariana
152 Bazzo, porém quem possui os dados a respeito dos déficit de vagas na educação infantil é Dra.
153 Hirminia. Alertou que o prazo está estourando, sem que se tenha horizontes positivos. Expôs
154 também que traz o pedido da Dra Mariana, para que os folders da Campanha não deixe de
155 pontuar a questão das mulheres, submetendo esse material a apreciação do Ministério Público
156 antes de ser divulgado. Voltou o Superintendente Leandro Nunes Meller afirmando que tem
157 participado de diversas pautas, inclusive no âmbito nacional. Exemplificou que técnicos da
158 SEDS também tem vivenciado esse assunto participando de eventos a respeito do Marco Legal
159 da Primeira Infância. Avaliou ainda que os dados trazidos pela Dra Hirminia saíram de um
160 sistema e que a educação poderá providenciar a sua atualização. **Encaminhamentos:** Envio de
161 ofício ao Conselho Estadual de Educação – CEE/PR solicitando dados atualizados a respeito do
162 déficit de vagas na educação infantil nos municípios do estado do Paraná com prazo de retorno
163 de 15 dias após o recebimento e o envio da Lei que cria o Marco Legal da Primeira Infância às
164 conselheiras por e-mail. No momento seguinte, **a vice presidente Terezinha B. Pereira Ramos**
165 **(SEDS)**, fez alguns posicionamentos sobre composição da Câmara Técnica, onde a entidade
166 ASSEMPA não garantiu a sua participação e a FETAEP assumiu a titularidade. Houve a
167 indicação de duas entidades e o único documento que estabelece o prazo de participação é um
168 termo de cooperação assinado, e esse prazo é de quatro anos. A proposta é aguardar as
169 alterações após o momento político e se estudar a possibilidade de alterar o decreto para que o
170 mesmo conste o prazo do mandato e buscar também orientações junto ao Núcleo Jurídico da
171 SEDS, de como se daria essa eleição. Foi ainda reiterado que as reuniões da Câmara Técnica
172 não são abertas. Atenta, a Conselheira **Presidente Doris M. de Jesus (UBM)** ressaltou que
173 este é um debate já pontuado em 3 reuniões. Comentou que esse conselho tem um novo
174 mandato, portanto a sua representação deverá ser revista, e a dúvida estava em saber se a
175 indicação das representantes da sociedade civil para essa gestão seria válida. Contribuindo
176 com o assunto, o Superintendente **Leandro Nunes Meller**, relatou que ocorreu uma situação
177 similar na eleição da mesa diretora do CEDCA/PR que é alternada a cada ano. Lá dois
178 candidatos da sociedade civil disputavam a vaga de Vice – Presidente: o “A” tinha mais
179 indicações dentro da Sociedade Civil, do que o candidato “B”. Foi realizado o processo de
180 votação, onde todo o colegiado votou e o candidato B foi eleito, com a realização de uma
181 decisão colegiada. A Sociedade Civil fez um questionamento ao MP, perguntando sobre essa
182 questão. E tiveram como resposta que, sempre que a representação tem origem na sociedade
183 civil, mas esta está representando o conselho, a indicação deverá ser realizada pelo colegiado,
184 com a validação da maioria. Se no Decreto consta-se que a representante do conselho deveria
185 ser indicada exclusivamente pela sociedade civil a regra de indicação seria válida. Continuando,
186 a vice presidente **Terezinha B. Pereira Ramos (SEDS)** sugeriu que esse assunto fosse
187 pautado na próxima reunião. Voltando as questões do Projeto Educação Infantil e as questões
188 do déficit de vagas nas creches, a conselheira **Márcia Regina Coelho Ribeiro (SEET)** informou
189 não ter acompanhado os encaminhamentos para a campanha, assim pontou se haveria
190 problema em direcionar esses materiais para os conselhos municipais e aos gestores,
191 aproveitando o período eleitoral, para que os pré candidatos pudessem trazer essa questões nos
192 respectivos planos de governo. Ressaltou também, a necessidade do documento a ser
193 produzido aos conselhos municipais enfatizar não somente a exigência das vagas, como



194 também citar a questão da qualidade, para que não se crie depósito de crianças. A comissão
195 deverá analisar os textos com prioridade. Posto isso, a conselheira **Alaerte L. Martins (Rede**
196 **Mulheres Negras – PR)**, pediu a palavra, visando apresentar a sua suplente **Josiane**
197 **Gonçalves de Andrade**, uma vez que precisará ausentar-se às 16h 00 para participar de uma
198 reunião. **Agenda** – Próxima reunião do CEDM 16/08/2016 – Comissão Temporária de avaliação
199 da Casa da Mulher Brasileira – 15/07/2016, às 14h 00, no 6º andar. ° Reunião da Comissão de
200 Planejamento – dia 19/07/2016 – 9h 00, no 6º B. ° Unidades Móveis – Em sua fala, a vice
201 presidente **Terezinha B. Pereira Ramos (SEDS)** repassou que tais equipamentos são em
202 números de dois, neste Estado. Convênio firmado em 27/12/2013, num total de R\$ 442.472,36.
203 Em 23/03/2015, tal convênio foi transferido para a SEDS. Num levantamento, tomou-se
204 conhecimento que em 2015 foram prestados 857 atendimentos, em 2016 foram 1.482. Previsão
205 de agenda para 2016 até dezembro – estarão os veículos do Paraná Cidadão, da SEJU. As
206 conselheiras do CEDM já presentes, também foram informadas sobre a contratação do novo
207 motorista, com um perfil ideal para exercer tal função. Sabe-se que os motoristas do Estado são
208 impedidos de viajar à noite e nos finais de semana. Solicitou-se ao fórum um levantamento dos
209 acompanhamentos do MST, comunidades quilombolas e população indígenas. O resultado do
210 acolhimento nas UPS Cidadania é mais resultante do que nos eventos das mulheres
211 trabalhadoras, porque na primeira trata-se de uma grande oferta de serviços. Comentou-se
212 também que o período eleitoral limitará o atendimento do ônibus. ° **Cultura do Estupro**. Foi
213 pedida a palavra pela conselheira **Elaine F. Galvão (Rede Feminista da Saúde)** que
214 compartilhou:- lançou-se um documento sobre o atendimento de vítimas de violência sexual e ao
215 se pautar para a próxima reunião, a questão poderia ser discutida nas atividades da comissão. A
216 ideia é propagar para o Governo Estadual, SESP- SEJU- SESA, bem como para os Prefeitos.
217 Sugeriu convidar um técnico para discorrer sobre esse importante tema. ° **Palavra das**
218 **Conselheiras**. Conselheira **Elaine F. Galvão (Rede Feminista da Saúde)**- Discussão
219 Petição:- “Londrina sem Gênero” abordou o fato de que estão sendo espalhados documentos
220 para órgãos públicos e escolas, contendo artigos inverídicos e comprometedores, afrontando
221 os profissionais da educação e aqueles que lutam pela superação da desigualdade. O criador
222 dessa celeuma afirma que o papel da educação é ensinar a ler e fazer contas, esquecendo os
223 princípios de liberdade existentes na Constituição. Afirma ainda que a ideologia é um incentivo à
224 pedofilia. Questionou a possibilidade do CEDM elaborar uma carta de desagravo, propondo a
225 alteração da Lei de Londrina e comunicando a OAB e Secretaria de Educação daquele
226 Município. Completou a presidente **Doris M. de Jesus (UBM)** afirmando que para contrapor,
227 seria interessante fazer também encaminhamentos aos conselhos municipais. Criando um
228 entendimento, a conselheira **Melissa Colbert Bello (SEED)** comunicou a existência de uma
229 organização mundial sobre a questão de gênero, trata-se de um movimento que está se
230 disseminando, com a participação de grandes atores religiosos, econômicos e políticos.
231 Comprometeu-se a compartilhar uma cartilha bem explicativa produzida por um professora
232 Jimena Furlani. A conselheira **Márcia Regina Coelho Ribeiro (SEET)**, sugeriu sua participação
233 no Conselho de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR/PR. Vencida a pauta do dia, a
234 Conselheira **Presidente Doris M de Jesus (UBM)** deu por encerrada a reunião, agradecendo a
235 presença e contribuição de todas as conselheiras. A presente ata foi gravada e redigida pela
236 Servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (da equipe da Secretaria Executiva/Conselhos),
237 digitada por Stefani Heichuk de Oliveira, sendo a Secretária Executiva Juliana Müller. O
238 documento após aprovado será inserido no site do CEDM.